



SILÊNCIO
Procurados pela reportagem, a nora e o filho do vereador não atenderam ligações e apagaram perfis nas redes sociais.

NEPOTISMO VEREADOR NEGA TER INDICADO NORA PARA CARGO; URBAM DIZ DESCONHECER RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIA COM FILHO DE MANINHO

Nora do vereador Maninho tem cargo comissionado na Urbam

Namorada do filho do parlamentar foi admitida no dia 1º de fevereiro de 2017, logo no início do governo Felício, quando Maninho tomou posse na Câmara; especialista aponta possível configuração de nepotismo no caso

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliodcodazzi



NORA DE MANINHO GANHOU CARGO NA URBAM

A nora do vereador Maninho Cem Por Cento (PTB) mantém um cargo comissionado na Urbam (Urbanizadora Municipal) desde o início de 2017, quando o parlamentar e o prefeito Felício Ramuth (PSDB) tomaram posse - o petebista é da base aliada ao governo tucano.

Namorada de Silvio Camargo Junior, que é filho de Maninho, Raiane Marcela Ribeiro dos Santos foi admitida no dia 1º de fevereiro de 2017 para o cargo de assessora de diretoria, que ocupa até hoje.

A empresa, que tem a prefeitura como sócia majoritária, não informou o salário de Raiane. Segundo o Portal da Transparência, os assessores recebem entre R\$ 3.348,05 e R\$ 9.761,23. Para o advogado Lucas Lousada, que preside a Comissão de Direito Público da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Taubaté, o caso pode configurar nepotismo. “Uma nora do vereador, se ficar comprovado que é uma relação duradoura, que talvez até configure união estável, e que isso está sendo feito para beneficiar o filho e a família, obviamente há configuração de nepotismo,



Raiane e Maninho, em foto tirada durante a campanha eleitoral de 2016

Maninho acompanhado do filho e da nora, em reunião da família

mo, o que é vedado no nosso ordenamento jurídico”.

Há cerca de um mês a reportagem tenta contato com Raiane e com Junior. O casal não atendeu as ligações do jornal e ainda apagou alguns dos perfis que mantinha nas redes sociais. Sem se identificar, a reportagem chegou a ligar também para a sede da Urbam, para tentar contato com a nora de Maninho, mas recebeu a informação de que nenhuma Raiane trabalharia no local.

Questionado pelo jornal, o vereador negou ter indicado a nora para o cargo e alegou que “as contratações da Urbam devem ser questionadas diretamente junto à empresa”.

A empresa alegou que em “toda a documentação apresentada pela funcionária à Urbam consta como estado civil solteira”, e que “desconhece qualquer tipo de relacionamento que diz respeito à vida pessoal dela”. Indagada sobre os critérios adotados para a contratação de Raiane, a Urbam se limitou a afirmar que seguiu o que está previsto na Constituição Federal. ■

REPERCUSSÃO

Após decreto sobre o tema, Felício diz que irá apurar se o caso fere a legislação

POSIÇÃO. No fim de maio, Felício Ramuth editou um decreto para regulamentar a vedação ao nepotismo nos órgãos públicos municipais. No texto, o prefeito ressaltou

a proibição do uso indevido de cargos não só na administração direta, mas também em autarquias, fundações e empresas de economia mista, como é o caso da Urbam. Questionado

nessa quarta, o tucano disse desconhecer o caso da nora de Maninho, mas informou que irá avaliar se há alguma irregularidade. “Essa é uma informação que podemos apurar para ver se está adequado ou não à lei”, disse. “Com certeza, se a lei prevê que isso não deva acontecer, isso não deverá acontecer”.

***3.348,05**

Reais é o menor salário pago a um assessor da Urbam. O maior é R\$ 9.761,23. Empresa não informou salário de Raiane.

LEGISLATIVO NA PAUTA ESTÃO TRÊS PROJETOS DO PREFEITO, ENTRE ELES O DA LINHA VERDE E A REVOGAÇÃO DA LEI DOS CARTÓRIOS, DE 2013

Câmara faz sessão extra na manhã dessa quinta

PAUTA. A Câmara de São José dos Campos realiza nessa quinta-feira, às 10h, uma sessão extraordinária. Na ordem do dia estão quatro projetos, sendo três de autoria do prefeito Felício Ramuth (PSDB). O primeiro item oficializa a criação do Observatório do Mercado de Trabalho e da Formação Profissional, que foi lançado em 2018.

O segundo item é a proposta de Felício para revogar a Lei dos Cartórios. Segundo o governo tucano, a lei de 2013, de autoria do então prefeito Carlinhos Almeida (PT), fere o princípio da isonomia, ao possibilitar que alguns cartórios tenham redução da alíquota de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

O terceiro item é o projeto



Recesso levantado. O plenário da Câmara de São José dos Campos

que institui a Linha Verde no município, como foi batizado o corredor que vai interligar as regiões sul e leste, apresentado no mês passado pelo governo tucano. A aprovação do texto é necessária para o andamento do projeto, já que a prefeitura precisa de autorização da Câmara para desapropriar 31% da faixa pertencente à CTEEP (Companhia Paulista de Transmissão de Energia Elétrica).

O último item autoriza um convênio entre Câmara e Justiça Eleitoral para campanha da revisão biométrica. ■